

**.ºN
.3/0/262.2
.913/20103**

**RIGEMO
APENSOS Nºs : 040.005.160/03 e 040.006.705/03**

**Departamento de Trânsito do DF - DETRAN/DF
Região Administrativa XIV - São Sebastião.**

INTERESSADO : Ministério Público junto ao TCDF

**Taguatinga
Lago Sul
I
II
XVI**

**310
060
6
6
5.866/96
19.977/06**

Denúncia

Ofício nº 006/2010-MPC/PG, encaminha denúncia recebida pelo Ministério Público que atua junto à Corte, acerca de possíveis irregularidades no Departamento de trânsito do DF.

Decisão nº 8/2010. Em Sessão Extraordinária Reservada de 11/02/2010, o Tribunal conheceu a denúncia e autorizou a realização de inspeções necessárias à apuração dos fatos.

**p
elo denunciado.**

Tomada de Contas Anual - Ordenadores de Despesa.

**Inspeç
Auditoria de Regularidade
Consulta.
Representação.**

CODEPLAN.

Corpo de Bombeiros Militar do DF - CBMDF.

**Jurisdicionada
Interessado
Sindicato dos Funcionários Integrantes da Carreira Auditoria
Tributária do DF.
Empresa AEROBASE Manutenção de Aeronaves.**

Presidente

DETRAN/DF (fls. 2/12).-Os presentes autos foram inicializados em 27/01/10 com o Ofício 006/2010-MPC/PG (fl. 1), procedente do Ministério Público que atua junto ao TCDF, que encaminhou denúncia acerca de possíveis irregularidades em andamento no Departamento de Trânsito do DF

3.

3

V.

”, da Resolução nº 140, de 13.12.01, alterado pela Resolução nº 174, de 16.05.06.

a

submeto os presentes autos à elevada consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea “

Pondo-me de acordo com as sugestões apresentadas pela Instrução,

,

Relator .

o

Exm

o

Gabinete d Ao

2. Na Sessão Extraordinária Reservada 699, ocorrida em 11/02/10, ao tomar conhecimento do teor da mencionada denúncia, o Tribunal, por meio da Decisão nº 8/10 (fl. 33), deliberou no sentido de autorizar a realização de inspeções necessárias à apuração dos fatos. O processo encontrava-se na Divisão de Acompanhamento desta Inspeção, com o fim de levar a termo o procedimento de fiscalização proposto.

e

de

36/47, que se fez acompanhar do OFÍCIO Nº 054/2010-MPC/PG (fl. 35).

.

s

fl
s
, acostado à
r Tavares Netor representante legal do senhor Gualte
o
elaborado p
autos,

s
cópia integral do

4

conhecer o teor das incriminações trazidas aos autos, com o fim de responder a seus acusadores e, inclusive, elidir os fatos amplamente propagados na mídia. Alega, também, que a garantia de acesso ao processo, pelo advogado, prevista na Lei nº 8.906, de 1994, no seu art. 7º, inciso XIV, é irrestrita e inclui os autuados sigilosos e em qualquer fase.
se diz interessado em

0

até decisão definitiva da matéria.” (Grifo nosso)

, ser autuado em processo apartado, classificado como sigiloso e arquivado
, devendo o original
o documento original deverá ser substituído por extrato ou cópia com as necessárias omissões

: “Serão considerados originariamente sigilosos e classificados e autuados em processos específicos: (...) § 2º
Na preservação da autoria da denúncia e do objeto,
o Art. 2º

n

*ao **interessado** ou a seu **procurador**, mediante solicitação por escrito, que será juntada aos autos, **restringindo-se, neste caso, às peças já existentes nos autos até a última decisão do Tribunal ou despacho do Relator;***
(...)” (Grifamos)

8. Disciplina, ainda, a referida Resolução, - vista a documentos e processos sigilosos será permitida: (...) IV

A

que “
in verbis,
*a Resolução 207, de 11/03/10, **que entrará em vigor a partir de 19/04/10,** dispõe o seu Art. 27,*
mediante

7.

No âmbito do Processo 10363/05, onde foi elaborado estudo sobre normas e procedimentos aplicáveis aos processos e documentos considerados sigilosos,

em uma situação totalmente exposta, antes de o fato delatado ter sido apurado.

o denunciante

deixaria

da

pia na forma solicita

F

ornecer có

das cópias é mencionado várias vezes no texto, ou seja, ele é o interessado no processo na condição de denunciado.

requerente

que o ora

manuseando-se a denúncia, observa-se claramente

,

a duas porque

sendo que a norma entrará em vigor em 19/04/10,

20.01.10,

9. Há que se considerar que a nova sistemática a ser incorporada pela mencionada Resolução não se aplica à presente situação, a uma porque a denúncia objeto dos autos deu entrada na Corte em

6. *No resguardo dos direitos e garantias individuais, pelo art. 54 da Lei Complementar nº 01/94, esta Corte dará tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria. No mesmo sentido é o art. 195, em especial os §§ 1º e 2º, do RITCDF. Concluída a apuração, esta Corte de Contas decidirá se deve manter oculto o objeto e a autoria do denunciante.*

aqui tratada.

matéria

sobre a

*Tribunal tem normatização processual específica
corre que o*

O

11.

5.

10.

somos porque

T

ribunal delibere pela negativa do pedido de fornecimento de cópia dos autos, com fulcro no art. 54 da Lei Complementar nº 01/94, c.c os §§ 1º e 2º, do RITCDF, uma vez que o seu teor trata de denúncia, ainda em fase de apuração.

Assim, sugerimos ao Exmo. Relator do feito:

I. tomar conhecimento d
o

Ofício nº 054/2010-MPC/PG
(fl. 35)
e d
o

requerimento de
fls. 3
6
/47;

II. informar ao solicitante, por seu representante legal, que:

a) o pedido de cópia do
inteiro teor do
processo em epígrafe é inviável, no presente momento, uma vez
tratar-se de denúncia,
protegid
a
pelo art. 54 da Lei Complementar nº 01/94 e
pel

o art. 195,
em especial os
§§ 1º e 2º, do RITCDF
, cujo disciplinamento é no sentido de que o Tribunal dará
tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão
definitiva sobre a matéria. Concluída a apuração, a Corte de
Contas decidirá se deve manter oculto o objeto e a autoria do
denunciante;

b) caso persista o interesse, o andamento do processo
poderá ser acompanhado pelo *site* do TCDF no endereço:
www.tc.df.gov.br, ou diretamente na Sala de Atendimento
ao Público, no andar térreo do Edifício Anexo.

,

/2000-1ª ICE

83

emorando nº M

de 2.000.

agosto

de
25
Brasília,

.De ordem

A

.CEo Inspetor da 2ª I

.

1

.0

12

.

3

, de 1

0

4

da Resolução nº 1

f

f

"f", alínea

"

f

ínea ", al

"

f

"

a" e " s

, alínea

I

º, inciso Inos termos do art. 1 ,autos os presentes
oencaminh

,sapresentadações sugest s

e acordo com a-me d

do

on

P

da Divisão de Orçamento e Finanças.Diretor

Ao Sr.

Relatório detalhado de ramal.

Assunto:

**para atender interesse particular, de acordo como o seguinte
quadro: três foram realizadas no estrito objeto do serviço e duas
nele referenciadas, informamos que das ligaç**

,

88-DOF

0

ão ao Memorando nº atenç

m

E

**. e providências, encaminho os autos para ctm atenção aos
despachos de fls. 132-verso e 134E**

1

1

asília,Br

2

0

7

4

5

80

2

1

3

0

40

0

1

1

3

41

0

2

8

abril

setembro

dezembro

4

6

0

0

/10/2000. 26

SSÉ BARBOSA DOS REIJO
Marcus Nemésio

Gabinete da 1ª ICE

(*) Comprovante de recolhimento em anexo.

ed petorIns
a 1ª ICE
Controle Externo
Atenciosamente,

Processo n.º

3.918/97

98

99

Jurisdicionada:

RA-I - Brasília

Assunto:

Contrato

Ementa: Análise de prorrogação de prazo.

.....

Senhor Presidente,

04/05

16/17

126/2000-CBMDF/AG

GAB/SEF/99-1111

**Trata-se de pedido de prorrogação de prazo, feito por intermédio do
Ofício n.º**

0249/99-GVG

(f.

,

114

89/995

170/98

para

,
)

.
)

109

(fl.

cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 7.187/98

.

Da análise do referido pedido, verifica-se:

Quanto aos requisitos de admissibilidade:

Pessoa competente para se dirigir ao TCDF:

.....

Solicitação:

..... 120 dias

04

17

Justificativa (fl.

114/116

):

.....

Quanto à situação dos autos:

90

30

0

60

10/10/99

23/06/98

0

1

589/99

170/98

9

8

Sugestões:

Pela concessão:

19/12/9
na forma solicitada, a vencer em

.

a vencer em
dias, a contar do recebimento da Decisão.

05/11/99 até 04/01/2000
de novo prazo, a contar de
13/08/99
a
11/12/99
.

./99ão dada pela Emenda Regimental nº 03182, VI do RI/TCDF,
com a redaça
57, IV e VII, da LC 01/94
com alerta para as sanções previstas no art.

com alerta para o previsto no art. 200, § 1º, do RI/TCDF.

por mais uma única vez, com determinação para remessa
do Processo n.º

.....

outra.

Pelo indeferimento:

***com determinação para o imediato atendimento à Decisão
n.º***

.

***com determinação para a imediata remessa do Processo
n.º***

.....

***com indicação do nome do(s) responsável(eis) pelo atraso
incorrido, acompanhado das justificativas que tiver(em),
tendo em vista as sanções previstas no art. 57, IV e VII, da
Lei Complementar n.º 1, de 9 de maio de 1994.***

outra.

Informações adicionais:

***Em que pese a intempestividade e o já excessivo prazo despendido
no cumprimento da diligência, alvitra-se a concessão do pelito em
razão da complexidade da matéria atinente à regularização de***

concessão de uso, objeto de vários outros processos, relativos a outras Jurisdicionadas, que tramitam no Tribunal com a idêntica probelmática.

À elevada consideração de Vossa Excelência.

Brasília,

/11/9923

/05/2000

25

ICE, em

26/08/99

.

JSEBASTIÃO CAL DE MIRANDASIVAN OLIVEIRA SILVA

Inspetor

PROCESSO Nº : 5749/1996 (06 volumes e 01 anexo, apenso nº 5429/1995, com 02 volumes e 01 anexo).

ORIGEM : Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP

ASSUNTO : Tomada de Contas Especial

EMENTA : TCE. Desapropriação. Decisão nº 6535/07. Audiência dos responsáveis para apresentação de razões de justificativa. Decisão nº 6523/09. Improcedência. Revelia. Contas julgadas irregulares com imputação de multa aos responsáveis. Decisão nº 1373/10. Interposição de Recurso de Reconsideração pelo Senhor Antônio Corradi. Decisão nº 4039/11. Improvimento do recurso.

Recolhimento de multa. Quitação.

Solicitação de cópia integral dos autos. Pela concessão.

Solicitação de sobrestamento da imposição da multa. Pela negativa.

Senhor Inspetor,

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial - TCE instaurada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH (atual SEDHAB), visando à apuração de possível prejuízo ocorrido na Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, decorrente da desapropriação de parte da Fazenda Santa Prisca que era de propriedade da empresa Vale Simental Agropecuária Ltda.

2. Na Sessão Ordinária nº 4294, de 08/10/09, por meio da Decisão nº 6523/09 (fl. 1003), o Tribunal deliberou, *in verbis*:

*“I - tomar conhecimento: a) **das razões de justificativa** apresentadas por Humberto Ludovico de Almeida Filho (fls. 903/908), **Paulo Janot Borges** (fls. 903/908) e **Antônio Corradi** (fls. 927/933 e anexos - fls. 934/956), em cumprimento ao item II da Decisão nº 6.535/2007; b) das procurações constantes às fls. 909 e 910; c) dos documentos de fls. 960/965; d) da Informação nº 73/09 - 3ª ICE/Acomp; II - **considerar: a) improcedentes as justificativas apresentadas**; b) revéis para todos os efeitos, nos termos do art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94, Dalmo Alexandre Costa, Nelson Luiz de Andrade Corrêa e Marcos Oliveira Cordeiro; III - aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; IV - autorizar: a) a devolução do Processo nº 260.042.562/2004 à origem; b) o retorno dos autos à 3ª ICE, para continuidade do acompanhamento”. (Grifo nosso)*

3. Por meio do Acórdão nº 201/09 (fls. 1004/1005), com fulcro no art. 17, inciso II, alínea “b”, da Lei Complementar nº 1/94, a Corte julgou irregulares as contas em apreço, e aplicou multa aos responsáveis no valor individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 57, inciso III, do mesmo dispositivo legal.

4. Os aludidos responsáveis foram notificados dessa deliberação, conforme expedientes juntados às fls. 1017, 1018, 1051, 1052 e 1053.

5. De pronto, o Sr. Paulo Janot Borges procedeu ao recolhimento da multa que lhe fora imputada, por meio do DAR anexado fl. 1048, podendo o Tribunal considerá-lo quite com o erário distrital.

6. De outra forma, o Sr. Antônio Corradi interpôs o Recurso de Reconsideração de fls. 1054/1063 contra a Decisão nº 6523/09, o qual foi improvido pelo Tribunal na Sessão Ordinária nº 4450, de 18/08/2011, fl. 1153, conforme a seguir:

"I. negar, no mérito, provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Antônio Corradi (fls. 1054/1063); II. cientificar ao recorrente que o prazo improrrogável remanescente para recolher a penalidade constante do Acórdão nº 201/2009 (R\$ 10.000,00) é de 11 (onze) dias, contados da data em que tomar conhecimento desta decisão pelo Tribunal; III. autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para adoção das providências pertinentes." (GRIFAMOS)

7. Nesta fase processual examina-se a pertinência dos seguintes pedidos elaborados pelo mesmo Senhor Antônio Corradi, conforme o expediente de fl. 1155:

- de cópia integral do processo em comento – capa a capa;
- e de sobrestamento da imposição da pena pecuniária até decisão terminativa desta questão.

8. Mencionado solicitante justifica seu pedido "(...) para fins de apreciação das questões suscitadas, alicerçado no seu inconformismo diante da injusta condenação imposta." Ademais, funda-se "(...) no princípio constitucional da ampla defesa, **que pretende exercer**". (Grifo nosso)

9. Porque o requerente é parte interessada no processo, não vislumbramos óbice em a Corte autorizar a primeira parte da solicitação, cabendo ponderar, contudo, que a norma que rege a concessão de vista e fornecimento de cópias reprográficas de peças de autos é a Portaria nº 134, de 04/03/99, devendo o solicitante dirigir-se à Sala de Atendimento ao Público.

10. Cumpre registrar que foi mantido contato telefônico com o interessado, com o fito de fornecer-lhe as cópias solicitadas, o que agilizaria a tramitação do processo, contudo, o mesmo informou que viria ao Tribunal com este propósito o que não ocorreu até a presente data.

11. Já a segunda parte do pedido, no nosso modo de ver, merece as seguintes ponderações.

12. Conforme se depreende da fundamentação apresentada no pedido em apreciação, o recorrente denota a intenção de apresentar outro recurso.

13. Como é cediço, o contraditório e a ampla defesa levado a termo por ocasião de tramitação de tomada de contas especial é disciplinado no art. 33 e seguintes da Lei Complementar nº 01/94 - **recurso de reconsideração**, com efeito suspensivo em relação à decisão recorrida, a ser manejado no prazo de 30 (trinta) dias do seu conhecimento; **embargos de declaração**, com efeito suspensivo junto à decisão confrontada, a ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias da cientificação, para contornar obscuridade, omissão ou contradição; e **pedido de revisão**, sem efeito suspensivo, podendo ser interposto dentro do prazo de 5 (cinco) anos, incidente sobre decisão definitiva e fundado em erro de cálculo nas contas, em falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a deliberação e superveniência de documentação nova com eficácia sobre a documentação produzida.

14. A teor do que prescreve o art. 11, § 2º da mencionada LC nº 01/94, tem-se por definitiva a deliberação que julga as contas regulares, regulares com ressalva ou até mesmo irregulares. No caso dos autos, o julgamento irregular das contas do recorrente consta da Decisão nº 6523/09 e do Acórdão nº 201/09 (v. fls. 1003/1005).

15. Como o peticionário já apresentou defesa (fls. 927/933 e anexos fls. 934/959), rejeitada pela Decisão nº 6523/09 (fl. 1003), teve o seu recurso de reconsideração (fls. 1054/1063), improvido mediante a Decisão nº 4039/11 (fl. 1153), deixou transcorrer *in albis* o prazo disponibilizado para intentar embargos de declaração, e tendo em linha, ainda, o princípio da irrecorribilidade recursal, somente lhe ocorre a possibilidade de apresentar pedido de revisão, sem efeito suspensivo em relação à penalidade que lhe fora aplicada, e na hipótese de se constatar as situações esposadas no parágrafo 13 anterior.

16. Dessa forma, verifica-se a impossibilidade de atender ao pleito em debate, por absoluta falta de amparo legal.

Em face do exposto, sugerimos ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento do comprovante de recolhimento da multa aplicada ao Senhor Paulo Janot Borges à fl. 1048, considerando-o quite com os cofres do Distrito Federal;
- II. tomar conhecimento da solicitação de cópia e sobrestamento dos autos apresentada pelo senhor nominado no parágrafo 7 desta à fl. 1155;
- III. autorizar o fornecimento de cópia solicitado, obedecendo-se, contudo, a Portaria nº 134/99, ou seja, na Sala de Atendimento ao Público;
- IV. negar provimento ao pedido de sobrestamento da imposição da pena pecuniária, por absoluta falta de amparo legal.

À superior consideração.

1ª ICE, em 11 de outubro de 2011.

Maria de Jesus Bandeira Rocha Barbosa
Assessora – Mat. 369-7